



Heráclito (esq., ao lado de Gazineo) esclarece que número de diretores divulgado pela imprensa não é exato

Senado redesenha estrutura e enxuga total de secretarias

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, anunciou ontem que as 38 secretarias do Senado deverão ser reduzidas para 20 ou até 14, em estrutura semelhante à existente em 2001. Ele previu economia de mais de R\$ 1 milhão por mês com as mudanças. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV – Nº 2.986 – Brasília, quarta-feira, 25 de março de 2009

EM DIA DE ACORDO, PLENÁRIO VOTA UMA EXTENSA PAUTA

Prazo maior para as empresas recolherem impostos e contribuições

Sequestro-relâmpago é tipificado como crime e tem penas agravadas

Cooperativas de crédito deverão ter acesso aos recursos do FAT

Com a votação da medida provisória que amplia o prazo para o recolhimento de impostos, o Plenário destrancou a pauta e aprovou extensa lista de matérias. Dentre elas, a que tipifica o crime de sequestro-relâmpago no Código Penal, agravando as penalidades, que podem chegar a 30 anos de prisão em caso da morte da vítima; a que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, que dará às cooperativas acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para repassar a custo baixo aos associados; o projeto, de autoria do deputado Clodovil Hernandes (falecido na semana passada), que autoriza os enteados a adotarem o sobrenome do padrasto ou da madrasta; a autorização de um empréstimo de US\$ 41 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao governo do Ceará para financiar parte do Programa de Modernização Fiscal do Estado; a indicação de embaixadores para a Nova Zelândia, o Azerbaijão e a Armênia; e a indicação de diretor para a Antaq. O presidente do Senado, José Sarney, anunciou a criação da CPI do Dnit. **3 a 5**



Leopoldo Silva

Antes das votações, os líderes definiram com Sarney uma pauta consensual e aprovaram medidas administrativas

Sarney lança a programação cultural da Casa para 2009

O presidente do Senado, José Sarney, lança hoje, às 11h30, o projeto Senado Cultural 2009. No evento, serão divulgadas a logomarca e a página do projeto, e os termos do edital "Pratas da Casa", programa de valorização dos cantores e músicos. **6**

Almeida Lima é eleito para presidir a Comissão Mista de Orçamento

Ao assumir a presidência da comissão, o senador Almeida Lima disse que sua principal missão será

tornar o Orçamento "uma lei que proporcione o engrandecimento da nação brasileira". **2**



Almeida Lima (centro, ao lado do deputado João Leão) diz que será o porta-voz de todos os parlamentares

Cor de aluno poderá constar de matrícula

Proposta aprovada na Comissão de Educação visa adequar os registros escolares aos critérios do IBGE e facilitar a aplicação de políticas de inclusão social. **6**

Por que o preço dos combustíveis não cai?

Presidente da Petrobras disse em audiência que o repasse para os combustíveis, no dia-a-dia, das variações nos preços do petróleo desestruturaria o mercado. **7**

Novo dirigente da CMO promete ser porta-voz de todos os parlamentares e exercer o cargo de "forma republicana, tratando a coisa pública como a coisa de todos"

Almeida Lima preside a Comissão de Orçamento

O SENADOR ALMEIDA Lima (PMDB-SE) foi eleito, por aclamação, presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para o ano de 2009.

Após ter sido empossado pelo ex-presidente do colegiado, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), Almeida Lima dirigiu a escolha, também por aclamação, do 2º vice-presidente e do 3º vice-presidente – respectivamente

o senador Jayme Campos (DEM-MT) e o deputado João Dado (PDT-SP). O 1º vice-presidente será eleito em reunião agendada para amanhã.

Almeida Lima agradeceu o apoio recebido de todos os parlamentares e elogiou Mendes Ribeiro pelo trabalho desenvolvido na comissão em 2008. Também se comprometeu lutar pela elaboração de uma peça orçamentária que dê condições ao país de enfrentar todas as dificuldades criadas pela crise econômica mundial.



Almeida Lima: Orçamento contra a crise econômica

Respondendo a questionamento da imprensa, ele negou defender, no colegiado, interesses do líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL).

– Serei porta-voz de todos os senadores e de todos os deputados, e entre todos os senadores, também de Renan Calheiros, até porque ele é o líder do meu partido. Mas não esqueçam, exercerei uma presidência de forma republicana, no seu preciso termo, na sua precisa expressão, tratando a coisa pública como a coisa de todos, do

povo. Esta será sem dúvida a minha grande missão: tornar o instrumento orçamentário uma lei que venha proporcionar o engrandecimento da nação brasileira – disse.

Na reunião, Almeida Lima lembrou o término do prazo, no próximo dia 29, para a escolha, pelas lideranças partidárias, do relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, bem como do relator da receita e dos relatores setoriais. Ele observou ainda a necessidade de indicação, até o final do mês, dos membros e coordenadores dos seguintes comitês: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas.

tárias para 2010, bem como do relator da receita e dos relatores setoriais. Ele observou ainda a necessidade de indicação, até o final do mês, dos membros e coordenadores dos seguintes comitês: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas.

Camata quer ampliar a discussão sobre castração química

Gerson Camata (PMDB-ES) propõe que seja aberta uma discussão na Casa sobre o seu projeto (PLS 552/07) que regulamenta a castração química

de pedófilos condenados. A medida consiste na aplicação de injeções hormonais inibidoras do apetite sexual, aplicadas nos testículos, levando o condenado

à impotência para o ato sexual em caráter definitivo. Segundo o senador, em vários países do mundo já existem leis dispostas sobre o assunto.

Papaléo Paes homenageia ex-governantes do Amapá



O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) homenageou em Plenário alguns dos ex-governantes do Amapá. Ele lembrou que, em 1944, o presidente Getúlio

Vargas nomeou o então capitão Janary Gentil Nunes para administrar o território por 12 anos. Citou ainda Annibal Barcellos (1979/85 e 1991/94) e Jorge Nova da Costa (1985/90), que instalou a primeira delegacia de crimes contra a mulher no estado, e destacou que o Amapá possui alto grau de preservação ambiental.

Santo Antonio do Pinhal poderá ter renda básica



A estância climática Santo Antonio do Pinhal (SP) poderá se tornar o primeiro município brasileiro a implantar para sua população uma renda básica de cidadania. O

senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou as duas reuniões de que participou no município, na semana passada, para discutir o assunto, juntamente com autoridades e representantes da população. Uma das fontes de recursos do fundo poderá ser obtida por ocasião do Festival da Truta, que reúne até 20 mil pessoas na região.

Jayme Campos reclama do preço para o arroz em MT



Jayme Campos (DEM-MT) reclamou em Plenário do preço estabelecido pelo governo federal para a saca de arroz (60 kg) no estado de Mato Grosso.

A saca do arroz longo fino em casca (tipo 1), informou o senador, teve fixado o preço de R\$ 30,96 para as regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste (e ainda o estado do Paraná), e de R\$ 25,50 para Mato Grosso. Segundo Jayme Campos, o mesmo aconteceu em relação ao arroz longo em casca (tipo 2).

Flávio Arns anuncia a ida de escoteiros à Antártica



O senador Flávio Arns (PT-PR) registrou sua satisfação com a participação de escoteiros no Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Cerca de 60 mil jovens engajados na busca por soluções para o aquecimento global e para a sustentabilidade da vida,

por meio do 18º Mutirão Nacional Escoteiro de Ação Ecológica (Muteco), terão sua pontuação no certame examinada pelo Proantar, que levará três deles à Antártica em 2009. A coordenação entre os dois programas foi sugerida pelo próprio Arns.

Marconi lamenta morte do ex-governador José Feliciano

Marconi Perillo (PSDB-GO) apresentou voto de pesar pela morte do ex-senador e ex-governador de Goiás José Feliciano Ferreira, ocorrida na manhã do

último dia 23. O político, que governou o estado de 1959 a 1961, sofreu mal súbito e faleceu em sua residência, em Goiânia, aos 91 anos. O senador

destacou que o ex-parlamentar foi um dos mais íntegros dirigentes do estado e responsável pela construção de obras impactantes na economia.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Campanha da CNBB

Sessão especial do Senado comemora, às 11h, os 45 anos da Campanha da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Às 14h a sessão é deliberativa. Na pauta, o projeto de decreto legislativo (PDS 270/08) que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

Sarney lança atividades do Ano Cultural do Senado

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside, às 11h, a sessão comemorativa aos 45 anos da Campanha da Fraternidade, que este ano tem como tema a segurança pública e lema "A paz é fruto da justiça". Às 11h30, apresenta as atividades do Senado Cultural 2009 e assina os atos relativos aos eventos, na sala de audiências da Presidência. Às 16h, preside a ordem do dia.

Audiência conjunta ouve Henrique Meirelles

Audiência pública conjunta, às 10h, das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade ouve o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o problema do valor elevado dos *spreads* bancários, a desvalorização do real e a política monetária adotada para enfrentar a crise.

CDH debate aposentadoria de oficial de justiça

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência sobre a possibilidade de aposentadoria especial para oficiais de justiça. Estão entre os convidados o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

Mudanças Climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) se reúne, às 18h, para eleição do vice-presidente e do relator da comissão.

Fundações de apoio às universidades

Em reunião às 8h30, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática (CCT) vota requerimento de debate sobre a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil. O colegiado tem em pauta, ainda, 37 projetos de decreto legislativo que tratam da concessão de emissoras de rádio e TV.

CAS: profissão de enólogo em pauta

Projeto alterando a lei que regulamenta a profissão de enólogo é o primeiro das 14 proposições na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne às 11h.

Isenção de IPI para veículo de turismo

A reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tem início às 14h e divide-se em duas partes: na primeira, o colegiado organiza os trabalhos para o biênio 2009/2010; na segunda, vota projeto que isenta do IPI a aquisição de veículos destinados ao turismo.

Lançamento de livro na Biblioteca do Senado

Às 18h30, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, ocorre o lançamento do livro *Direito Administrativo Disciplinar – Interpretado pelos tribunais*, de autoria de Sebastião José Lessa.

CE ouve ministro da Cultura

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza, às 10h, audiência com o ministro da Cultura, Juca Ferreira, sobre os programas prioritários, as metas e os recursos orçamentários disponíveis no âmbito do ministério.

CCJ discute projeto sobre vigilância de condenados

O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, fala às 10h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre os motivos que levaram o Executivo a acionar a Advocacia Geral da União para tratar do caso do menino Sean Ribeiro Goldman, cuja guarda está sendo disputada pelo pai, americano, e pela família da mãe, brasileira. Logo após a CCJ analisa, entre 28 itens em pauta, substitutivo da Câmara ao projeto de lei que determina a utilização de pulseira ou tornozeleira eletrônica para a vigilância indireta de condenados pela Justiça.



Senado pode economizar R\$ 1 milhão por mês, diz 1º secretário

Heráclito anuncia novas medidas administrativas

Em entrevista coletiva, o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou ontem que as 38 secretarias do Senado deverão ser reduzidas para 20 ou mesmo 14, devolvendo à Casa estrutura semelhante à que tinha em 2001. Com a medida, acredita Heráclito, o Senado economizará mais de R\$ 1 milhão por mês.

– Muitas das atuais secretarias voltariam a ser subsecretarias ou coordenações – explicou o 1º secretário, lembrando que essas modificações levarão à extinção ou à diminuição de funções comissionadas.

Heráclito destacou que foi nomeada na semana passada uma comissão de servidores do Senado que deverá propor reformas na estrutura administrativa da Casa. O resultado desse estudo deverá ser entregue em 30 dias, e as sugestões poderão ser incorporadas à Fundação Getúlio Vargas, instituição contratada para propor medidas de modernização na Casa. O senador contou ainda que amanhã será oficializada, durante reunião da Mesa, a extinção de 50 cargos de direção e funções equivalentes, conforme anunciado na sexta-feira passada.

Sobre afirmações de parlamentares que se disseram surpresos com a quantidade de diretorias instaladas na Casa nos últimos anos, Heráclito lembrou que elas são criadas por atos da Mesa e que todas essas medidas são convalidadas no Plenário. O senador enfatizou que a Mesa é sempre suprapartidária.

Respondendo a questionamentos dos jornalistas, Heráclito afirmou ainda que está iniciando o processo da troca de funcionários terceirizados por concursados e que vai apurar denúncias de nepotismo no setor de taquigrafia do Senado publicadas recentemente na imprensa.

“Não há 181 diretores”

O senador informou que o número de 181 diretores que vem sendo divulgado pela imprensa não é exato, uma vez que leva em consideração uma série de cargos que não são efetivamente diretorias.

Também presente à entrevista coletiva, o diretor-geral do Senado, José Alexandre Gazineo, esclareceu que o número de 181 diretores divulgado foi um erro. Segundo ele, na verdade, a lista distribuída para a imprensa incluía servidores que ocupam outras funções de assessoramento superior.

Questionado pela imprensa, o diretor-geral informou que o Senado tem cerca de 3 mil funcionários terceirizados e 3.400 servidores ativos, sendo que 2.000 desses são comissionados. Gazineo disse ainda aos jornalistas que o filho de João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos do Senado, já devolveu o apartamento funcional que ocupava.

O diretor-geral informou ainda que, em média, o salário de um servidor concursado de nível superior do Senado é de R\$ 11.800 e que o teto salarial do funcionalismo público, de R\$ 24.500, é rigorosamente respeitado. Conforme José Alexandre Gazineo, um funcionário só pode ganhar mais que o teto caso seja muito antigo na Casa e, beneficiado por legislação não mais em vigor, tenha incorporado vantagens pessoais.

Redução do número de secretarias e de funcionários comissionados integra o conjunto de medidas propostas em reunião. Sarney diz que “nem os servidores, nem a Casa podem ficar expostos”

Líderes apoiam enxugamento da estrutura funcional do Senado

AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS decididas em reunião de líderes realizada ontem foram avaliadas por senadores como uma resposta positiva do Senado a denúncias feitas pela imprensa. A postura do presidente da Casa, José Sarney, que participou pela primeira vez, na atual gestão, do encontro dos líderes partidários, também recebeu elogios de senadores.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), destacou a declaração feita pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), de que vai enxugar a estrutura administrativa do Senado. Para Arthur Virgílio, isso é sinal claro de que está a caminho uma modernização na gestão da Casa.

Virgílio disse que é favorável a que o número de diretorias volte a ser ao que era em 1994 (em torno de sete diretorias e 16 subdiretorias) com os acréscimos necessários para contemplar estruturas mais recentes, como a TV e a Rádio Senado, o Interlegis – programa responsável pela integração com os legislativos estaduais e municipais – e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Outra proposta de Arthur Virgílio é o corte, pela metade, do número de funcionários comissionados, que atualmente são cerca de 3 mil. O corte teria de ser feito pela Mesa.

– A máquina do Senado está escandalosamente inchada. Precisamos recuperar a paz para trabalhar e votar medidas para superar a crise econômica – disse Virgílio.

O presidente do Senado agradeceu o apoio dos senadores à disposição de separar o joio do trigo e deixar clara a importância de um quadro de funcionários altamente qualificados.

– Nem esses servidores, nem a Casa podem ficar expostos a coisas que todos nós lamentamos – afirmou Sarney.

Decisões consensuais

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que a reunião deu a oportunidade para que os líderes, somados ao presidente do Senado, reagissem à “onda de desprestígio que se abate sobre a Casa”.

Na opinião de Agripino, as decisões foram tomadas de maneira consensual para “corrigir o que tiver de ser corrigido”, seja fruto de equívocos ou de continuísmos.

Para o senador, é bastante sensata a ideia de estabelecer um ponto de partida no passado – ele mencionou o ano de 2001 – para a definição do número de diretorias, com o acréscimo de áreas como o Interlegis, a Unilegis e os órgãos de comunicação.

– Essas são áreas que agregam



Arthur Virgílio (1), Gim Argello (2), José Agripino (3), Renan Calheiros (4) e Renato Casagrande (5). Senadores elogiam disposição do presidente Sarney e do 1º secretário Heráclito Fortes de realizar ampla reestruturação administrativa no Senado e sugerem mudanças.

transparência e inteligência à Casa e precisam ser administradas. E vão ser consideradas na hora do enxugamento a ser proposto pela Fundação Getúlio Vargas – observou.

No entender de Agripino, o Senado teve uma atitude de humildade ao reconhecer erros e resolvê-los sem radicalismos. Ele acrescentou que a resposta da Casa já está permitindo a retomada das votações.

Agripino pediu que se definam claramente os direitos dos senadores, como a despesas médicas ou cotas de passagens, de modo que não sejam mais criticados pelo que fazem, dentro das normas, como parte do exercício do mandato.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), afirmou que José Sarney e Heráclito Fortes podem contar com o apoio dos líderes num processo de reformulação administrativa para eliminar gastos desnecessários.

Renan acredita que a solução dessa crise propiciará a continuidade dos trabalhos da Casa.

– Precisamos pensar nos projetos e não nos projéteis – afirmou Renan.

O senador Gim Argello (DF), líder do PTB, parabenizou Sarney e Heráclito pelo encaminhamento de soluções para a crise administrativa. Ele disse acreditar que a Casa será gerida como mais transparência a partir de agora.

Renato Casagrande (PSB-ES) chamou a gestão administrativa do Senado de “pré-histórica” e elogiou a contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o reordenamento dessa área. Segundo o parlamentar, embora as denúncias divulgadas pela imprensa tenham exposto fragilidades do Senado, elas abriram a oportunidade para que os problemas possam ser saneados de maneira aberta.



Gerson Camata (E), Marco Maciel e Antônio Carlos Valadares

Camata quer reduzir comissões de 11 para sete

Gerson Camata (PMDB-ES) propôs a redução do número de comissões permanentes da Casa de 11 para sete. A sugestão foi apresentada ontem em reunião da comissão especial que estuda a reforma do Regimento Interno do Senado. Camata, que é o relator da comissão, argumenta que a medida permitirá mais rapidez nas

votações de matérias. A alteração passaria a valer a partir da próxima legislatura.

Outra proposta de Camata estabelece que cada senador só pode ser membro de uma comissão permanente, ao contrário do que ocorre hoje. Ele disse que há parlamentares que integram vários colegiados simultaneamente e,

por isso, ficam correndo de uma comissão para outra e mal têm tempo para refletir e votar.

Camata defende também que os senadores que não apresentarem seus relatórios (sobre as proposições que estiverem analisando) no prazo predeterminado fiquem proibidos de receber novas matérias para relatar.

Plenário vota diversas matérias, dentre as quais a tipificação do crime de sequestro-relâmpago, a regulamentação das cooperativas de crédito e a autorização para enteados adotarem o sobrenome do padrasto ou da madrasta. Também foi anunciada a criação da CPI do Dnit

Aprovada ampliação do prazo para recolhimento de impostos



Kátia Abreu propõe a criação de comissão temporária

Kátia Abreu quer acompanhar Metas do Milênio

Kátia Abreu (DEM-TO) solicitou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a criação de uma comissão temporária para acompanhar as ações do governo federal que visem ao cumprimento das chamadas Metas do Milênio, um conjunto de objetivos estabelecidos em declaração assinada em 2000 por 189 países, entre eles o Brasil. Algumas das metas, até 2015, são erradicar a pobreza, garantir que todas as crianças terminem o ensino básico e reduzir em dois terços a mortalidade infantil.



Setor cresce e já responde por 10% do PIB, afirma Valter Pereira

Valter Pereira enaltece a agricultura familiar

Valter Pereira (PMDB-MS) destacou ontem o crescimento da agricultura familiar a partir de 2003, ressaltando que o setor já responde por mais de 30% da produção agropecuária nacional, por 10% do produto interno bruto (PIB) e por 77% dos empregos gerados no campo. O parlamentar assinalou ainda que a agricultura familiar cumpre um papel fundamental na segurança alimentar do brasileiro, tendo em vista que 70% dos alimentos consumidos no país procedem do setor.

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto de lei de conversão que amplia os prazos de pagamento de impostos e contribuições, tais como Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o recolhimento das contribuições previdenciárias.

O projeto de lei de conversão aprovado (PLV 1/09, oriundo da Medida Provisória 447/08) retornará à análise da Câmara dos Deputados, tendo em vista que sofreu alterações no Senado, com a aprovação das emendas apresentadas pelo relator da proposta, o senador Augusto Botelho (PT-RR).

O PLV, que tem por objetivo contribuir para o aumento do capital de giro das empresas antes do pagamento dos impostos, é parte das medidas já tomadas pelo Executivo para combater os efeitos da crise financeira internacional, que vem provocando escassez de crédito em todo o mundo.

Projeto

De forma geral, a medida aumenta entre cinco e dez dias os prazos de recolhimento dos tributos, com o objetivo de deixar por mais tempo na caixa das empresas o dinheiro reservado a esses pagamentos. Os prazos

de pagamento dos tributos federais variavam do 10º ao 20º dia do mês seguinte ao do fato gerador. O governo praticamente unificou essas datas em apenas duas: 20º dia e 25º dia do mês subsequente. Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, os novos prazos devem permitir às empresas girar cerca de R\$ 21 bilhões no caixa antes do pagamento dos tributos.

De acordo com o PLV, o prazo de pagamento da contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins poderá ser feito pelas instituições financeiras até o 20º dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores. As demais empresas poderão pagar essas mesmas contribuições até o 25º dia do mês subsequente.

Já o IRRF tem prazo de pagamento ampliado até o último dia útil do segundo decênio do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores. As contribuições previdenciárias poderão ser recolhidas até o 20º dia do mês subsequente ao da competência ou até o dia útil imediatamente anterior, caso a data do recolhimento não caia em dia útil. O prazo para recolhimento das contribuições previdenciárias contempla as empresas, com relação à contribuição patronal, e os recolhimentos relativos aos seus segurados, bem como as cooperativas de trabalho.

Enteados serão autorizados a adotar sobrenome do padrasto

Foi aprovado por unanimidade e em votação simbólica projeto (PLC 115/07) do deputado Clodovil Hernandes, morto na semana passada, que autoriza os enteados a adotarem o sobrenome do padrasto ou da madrasta. A proposta será agora enviada à sanção do presidente da República.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que Clodovil era filho adotivo e a aprovação era uma forma de homenagem-lhe. De acordo com o projeto, os enteados deverão pedir o registro a um juiz e deve haver concordância do padrasto ou da madrasta.

Ao apresentar o projeto, em 2007, Clodovil argumentou que a mudança na Lei de Registro Público (Lei 6.015/73) beneficia-

rá pessoas que, estando em um segundo casamento, criam os filhos de seus companheiros. Para ele, enteados nessa situação às vezes estabelecem amizade que nem sempre têm com os próprios pais. Assim, disse, é natural que surja o desejo de trazer em seu nome o sobrenome de família do padrasto.

O projeto não permite a retirada do sobrenome do próprio pai. A matéria havia sido aprovada na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

José Agripino (RN), líder do Democratas, assinalou que a iniciativa beneficiará milhares de brasileiros e que a aprovação era uma homenagem a Clodovil.



Senadores conversam no intervalo entre as votações no Plenário; projeto do deputado Clodovil Hernandes, falecido na semana passada, obteve aprovação unânime

Crime de sequestro-relâmpago fica tipificado no Código Penal

O Senado aprovou o projeto que tipifica o crime de sequestro-relâmpago no Código Penal. De acordo com a proposta, as penas previstas para essa modalidade têm punição agravada. Os senadores aceitaram o parecer do relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ao PLS 54/04, que rejeitava emenda apresentada pela Câmara dos Deputados. Com isso, fica mantido o texto do então senador Rodolpho Tourinho, autor do projeto original.

A proposta aprovada acrescenta um parágrafo ao Código Penal segundo o qual, se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena será de reclusão, de seis a doze anos, além da multa. Caso o sequestro ainda resulte em lesão corporal grave, a restrição de liberdade pode ir de 16 a 24 anos. E se o crime for seguido de morte a punição prevista será reclusão de 24 a 30 anos, sem prejuízo da multa.

Durante a discussão da matéria, Demostenes Torres (DEM-

GO), que foi o relator do projeto inicial, lembrou que a iniciativa, de 2004, teve origem nos debates promovidos pela Comissão Especial de Segurança Pública. O senador disse que o Código Penal, instituído em 1940, prevê crimes correlatos, como roubo e extorsão. "Contudo, o crime de sequestro-relâmpago não estava disseminado nos anos 40 como nos dias atuais. Com isso, nos casos de delitos desse tipo, surgem contestações nos tribunais superiores, quando os criminosos são acusados de roubo ou de extorsão, pois esses delitos têm tipificações diferenciadas".

— A melhor solução encontrada foi justamente criar um novo tipo de delito penal, que não deixe dúvida sobre o crime cometido. As leis atuais são incapazes de reprimir o sequestro-relâmpago — explicou.

Após a aprovação da matéria, o presidente do Senado, José Sarney, anunciou que dará ciência à Câmara dos Deputados da rejeição, pelo Plenário do Senado, das modificações introduzidas por aquela Casa.



Sarney preside sessão em que foram acolhidos nomes de embaixadores para Azerbaijão, Nova Zelândia e Armênia

Senado aprova três embaixadores

Mensagens de indicação de três embaixadores foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. São eles: Paulo Antonio Pereira Pinto para o Azerbaijão; Renata Stille para a Nova Zelândia; e Marcela Maria Nicodemus para a Armênia.

Paulo Antonio anunciou que trabalhará pela ampliação do comércio bilateral com o Arzebaijão e o estímulo à participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura.

Indicação para diretor da Antaq

Os senadores acolheram ontem a indicação, pelo presidente da República, do economista Tiago Pereira Lima para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Na última quinta-feira, a mensagem de indicação havia sido aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), após sabatina de Tiago Pereira Lima.

US\$ 41 milhões para o Ceará

O Senado autorizou ontem empréstimo de US\$ 41 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao governo do Ceará. Os recursos serão utilizados para financiar parte do Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará (Profisco-CE). A matéria será enviada à Presidência da República para promulgação. Renato Casagrande (PSB-ES) foi o relator do pedido.

Cooperativa de crédito terá acesso a recursos do FAT

“Estamos aprovando um estatuto da maioria do cooperativismo brasileiro”, afirmou o senador Gerson Camata (PMDB-ES), autor do projeto (PLS 293/99-Complementar) que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Substituto da Câmara à proposta foi aprovado ontem pelo Plenário. O painel registrou 58 votos “sim” e uma abstenção. Porém, Garibaldi Alves (PMDB-RN) pediu a palavra após o anúncio do resultado para dizer que seu voto também foi favorável.

Osmar Dias (PDT-PR), relator, ressaltou que a aprovação permitirá que as cooperativas de crédito tenham acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para repassar a um custo baixo aos associados. Os líderes do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e do PTB, Gim Argello (DF), pediram o voto favorável à proposta.

Em nome do Democratas, José Agripino (RN) opinou que o projeto criou uma espécie de Banco do Brasil das cooperativas ao permitir acesso ao crédito do Banco Central para ser emprestado. Marcelo Crivella (PRB-RJ) previu que o fortalecimento das cooperativas de crédito permitirá taxas de juros menores,

aumentando a competição com os grandes bancos. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse não conhecer um único brasileiro contrário ao sistema de cooperativas. Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmou que o projeto representa a maturidade do sistema cooperativo nacional. Para Valdir Raupp (PMDB-RO), a proposta de Camata implica uma maior autonomia para as cooperativas de crédito.

Fiscalização

Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou que, ao mesmo tempo em que facilita o acesso ao crédito, o projeto aumenta a transparência, já que institui a fiscalização do Banco Central e dos próprios cooperativados. Renato Casagrande (PSB-ES) declarou que a regulamentação das cooperativas de crédito é fundamental neste momento de crise. Em nome do PT, o líder Aloizio Mercadante (SP) opinou que o projeto fortalecerá o sistema nacional de crédito e permitirá o aumento da concorrência.

Para Valter Pereira (PMDB-MS), o Senado marcou “um tento da mais alta significação, no momento em que o cooperativismo se faz mais necessário

do que em condições normais, já que estamos vivendo uma crise”. Inácio Arruda (PCDoB-CE) registrou que as cooperativas de crédito possuem potencial fiscalizador maior do que as instituições financeiras tradicionais.

Marconi Perillo (PSDB-GO) sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que vete o parágrafo único do artigo 4º do substitutivo aprovado. Ele explicou que preferiu não apresentar emenda em Plenário para a matéria não retornar para apreciação dos deputados. O texto veda a participação da União, estados, Distrito Federal e municípios nas cooperativas de crédito. Líder do PMDB, Renan Calheiros (AL) considerou oportuna a proposta de Marconi e comprometeu-se em levar a sugestão ao presidente Lula.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a apreciação de projeto de sua autoria (PLS 153/07) sobre o Sistema Cooperativista Nacional. Marco Maciel (DEM-PE) falou sobre a necessidade de a população brasileira desenvolver um sentimento associativista. E Rosalba Ciarlini (DEM-RN) avaliou que o projeto impulsionará as cooperativas de crédito e, consequentemente, a geração de emprego e renda.

Já pode ser instalada a CPI para investigar irregularidades no Dnit

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Requerida pelo senador Mário Couto (PSDB-PA), juntamente com 30 outros senadores, há um ano e meio, a CPI baseará seu trabalho em relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre licitações e contratos do órgão, ligado ao Ministério dos Transportes.

Sarney informou que fará a designação dos membros da CPI assim que receber as indicações dos partidos. A comissão já pode ser instalada.

O requerimento estabelece que a CPI será integrada 13 membros titulares e sete suplentes, e terá um prazo inicial

de funcionamento fixado em 180 dias. Foram requeridos R\$ 150 mil para o custeio de suas despesas.

Em pronunciamento, Mário Couto disse estar feliz com a leitura do requerimento que criou a comissão de inquérito.

— Espero que os trabalhos possam mostrar para a sociedade o que o TCU vem mostrando sistematicamente a nós, senadores: as constantes irregularidades no Dnit.

Violência

Mário Couto voltou a criticar a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, a quem responsabilizou pelo aumento dos casos de violência no estado, que, segundo o senador, é o sexto exportador do país mas “está entregue aos bandidos”.



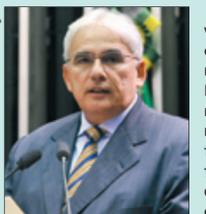
Mário Couto é autor do requerimento de criação da comissão de inquérito

— No meu estado não tem ordem. Como poderá haver o progresso? Ela desconhece que a desordem não permite investimentos no estado.

Couto disse ainda que a própria governadora vem reforçando a ideia de que o Pará não tem ordem, ao deixar de cumprir 111 reintegrações de posse determinadas pela Justiça.

— Se ela não devolve, está dizendo que permite as novas invasões — criticou.

Efraim apela a Lula por ajuda aos municípios



Para Efraim, prefeituras sofrem com a queda da arrecadação

Efraim Morais (DEM-PB) pediu ao governo federal providências para amenizar a crise nos municípios. Segundo o senador, “mais de 70% das prefeituras dependem dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios [FPM]”. Ele disse que o governo Lula, ao isentar a indústria automobilística do pagamento de IPI, “repassou a crise para os municípios”, pois a primeira parcela de transferência do fundo em março apresentou queda de quase 40%. Efraim fez várias sugestões ao governo, entre elas a prorrogação dos prazos para as prefeituras depositarem contribuições de seus funcionários ao INSS e a redução, de 100 mil habitantes para 50 mil, no requisito mínimo para participar do programa habitacional a ser lançado nos próximos dias.

Osmar Dias anuncia paralisação de prefeituras



Osmar defende PEC 50/05, que beneficia estados e municípios

Hoje, as prefeituras do Paraná vão fechar as portas por um dia, anunciou Osmar Dias (PDT-PR). O objetivo da manifestação é apresentar reivindicações para atenuar a crise que reduziu o repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, disse o senador. Segundo ele, os prefeitos vão propor ao governo federal que promova a votação da reforma tributária e aumento do FPM. A outra proposta é uma revisão orçamentária e aumento dos repasses do fundo.

— No ano que vem volta tudo de novo e nós estaremos aqui debatendo o mesmo problema. Vamos aprovar a minha emenda constitucional — pediu, referindo-se à PEC 50/05, que aumenta para 10% a participação de estados e municípios sobre a arrecadação de diversas receitas.

Valadares pede aumento de parcela destinada ao FPM



Valadares: crise financeira mundial já afeta municípios

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou da tribuna que a crise financeira já afeta os municípios, com quedas vertiginosas nos repasses do FPM. Sustentou que as prefeituras “não vão aguentar o pagamento da folha de funcionários e podem começar a demitir”. Ele mencionou a situação dramática da cidade de Simão Dias (SE), da qual foi prefeito e cujos repasses do fundo caíram 30%.

Valadares teme que a situação piore nos próximos meses, pois a crise não dá sinais de arrefecimento e o Fundo Monetário Internacional prevê retração de 1% na economia mundial neste ano. O parlamentar propôs ao governo federal que eleve em um ponto percentual a parcela do Imposto de Renda e do IPI que é destinada ao FPM.

Paim manifesta otimismo sobre superação da crise



Paim destaca resultado de exposição em Não-Me-Toque

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que está entre aqueles que acreditam que o Brasil se encontra em melhores condições que os outros países no que diz respeito ao enfrentamento da crise econômica mundial. Ele afirmou que sua crença se baseia no sucesso da exposição agroindustrial *Expoireto Cotrijal 2009*, ocorrida entre 16 e 20 de março no município gaúcho de Não-Me-Toque.

De acordo com o senador, a exposição registrou um faturamento de R\$ 356,86 milhões, com um crescimento de 19% em relação ao ano passado.

Paim também elogiou o trabalho desenvolvido no Hospital Mãe de Deus pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas.

Agenda do Senado Cultural 2009 será lançada hoje

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 11h30, do lançamento do projeto Senado Cultural 2009. No evento, que ocorrerá na sala de audiências da Presidência, serão divulgadas a logomarca e a página do projeto, assim como os termos do edital "Pratas da Casa", programa de valorização dos cantores e músicos.

Mesmo não podendo comparecer à solenidade, o bibliófilo José Mindlin será um dos principais parceiros do Senado Cultural 2009. Ele assinou antecipadamente o termo de intenções e já disponibilizou, para publicação, os originais de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, e de *Rio de Janeiro pitoresco*, de Louis Buvelot e Auguste Moreau. Também de sua coleção serão relançados *A fada menina*, de Lúcia Miguel Pereira e Maria Rosa, e *Uma brincadeira de carnaval*, de Vera Kelsey, com ilustrações de Cândido Portinari.

O roteiro da solenidade inclui exposições dos senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Demostenes Torres (DEM-GO), coordenadores do projeto. O superintendente do Museu da Língua Portuguesa, Antonio Carlos Sartini, confirmou presença.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, asseguraram o apoio às diversas iniciativas do Senado Cultural.

A Aliança Francesa também é parceira do Senado Cultural 2009. Seu presidente Ernesto Silva e sua diretora Pascale de Schuyter Hualpa representarão a entidade na solenidade de assinatura de convênios. A parceria prevê a comemoração do Ano da França no Brasil. A Academia Brasileira de Letras, o Sesc e a Fundação Armando Álvares Penteado devem assinar os protocolos de intenções com o Senado em data posterior.

Obras raras

Espumas flutuantes, de Castro Alves, e *Vidas secas* são os dois primeiros títulos da coleção Obras Raras a serem lançados em 2009. O manuscrito de *Espumas flutuantes* faz parte do acervo de José Sarney. O livro, cuja primeira edição saiu em 1870, reúne 53 poemas. Já a edição de *Vidas secas* será publicada na última versão datilografada, com algumas correções feitas a lápis por Graciliano Ramos.

Proposta foi aprovada ontem na Comissão de Educação. Para o relator, Inácio Arruda, projeto vai adequar o setor educacional aos critérios já adotados pelo IBGE e deve facilitar a aplicação de políticas de inclusão social

Escola pode ser obrigada a registrar cor e raça dos alunos na ficha de matrícula

INFORMAÇÕES SOBRE COR e raça podem se tornar obrigatórias nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas. É o que determina projeto de lei da Câmara (PLC 79/06) aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Relator da proposta, o senador Inácio Arruda (PcdoB-CE) afirmou que o projeto procura adequar o setor educacional aos critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

– Distinguir o critério de cor e raça facilita a aplicação das políticas de inclusão social – disse.

Paulo Paim (PT-RS) observou que o argumento, apresentado pelos que são contra a proposta, de que a matéria pode parecer discriminatória é infundado por ser o Brasil um país em que as pessoas não têm razões para esconder sua verdadeira cor.

– Antes o racismo era tão forte que o próprio povo negro tinha receio de dizer que era negro, mas avançamos na consciência e, hoje, cada um com maior tranquilidade diz

que é negro, branco ou índio – declarou Paim.

Marisa Serrano (PSDB-MS) também apoiou a proposta. Segundo a senadora, o importante é que todos tenham as mesmas oportunidades, independentemente de raça, credo ou cor.

No parecer, Inácio Arruda afirma que o projeto objetiva municiar os gestores de políticas públicas com dados mais precisos sobre raça e cor da população escolar.

“Com base na ampliação da coleta de dados, será possível a todos os gestores de educação

do país definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial na comunidade escolar”, declara em seu relatório.

Na opinião de Inácio Arruda, a medida não interfere na autonomia das escolas, nem tem impacto financeiro sobre o orçamento público.

O senador explica que as informações serão usadas também para que o Ministério da Educação tenha dados necessários à formulação de políticas públicas afirmativas, como o sistema de cotas.



Senadores da Comissão de Educação também aprovaram requerimento de audiência pública para discutir remuneração e avaliação de professores

Comissão convidará ministro para debater escolas técnicas

O ministro da Educação, Fernando Haddad, será convidado para audiência pública sobre a implantação dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Requerimento com o convite, assinado pelos senadores Paulo Paim (PT-RS), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Fátima Cleide (PT-RO), foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Também serão convidados representantes dos institutos federais de Educação e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica e Profissional. O presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR), disse que a escola técnica é um meio para diminuir a desigualdade regional e social.

Foi aprovado ainda requerimento de Marisa Serrano (PSDB-MS) para audiência pú-

blica, com secretários estaduais de Educação, sobre as reformas educacionais em andamento.

Para tratar da remuneração dos professores deverão ser convidados os secretários dos estados de São Paulo, Pernambuco e Piauí. Os secretários de Educação de Minas Gerais, Distrito Federal e Acre deverão falar sobre gestão escolar e certificação dos diretores de escolas.

A avaliação da aprendizagem, formação de professores e alfabetização será tema para os secretários do Rio Grande do Sul, Ceará e Mato Grosso do Sul.

A comissão acatou também requerimento, de Marisa Serrano, com pedido de informações ao Ministério da Cultura sobre movimentação e utilização de verbas em 2008 pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Veículo de transporte escolar poderá ser isento de impostos

Os veículos usados no transporte escolar coletivo poderão ser isentos de impostos federais. A medida consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta (PLS 240/08), do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), será ainda analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto, os veículos serão isentos da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quando adquiridos por profissionais autônomos e suas cooperativas – desde que habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar –, por prefeituras ou pelo Distrito Federal. A receita da venda dos veículos será isenta ainda das contribuições para os programas PIS/Pasep e da Cofins. O relator foi

Cícero Lucena (PSDB-PB).

Também recebeu parecer favorável da CE o PLC 89/08, que denomina Rodovia Luís Eduardo Magalhães a BR-324, no trecho entre Remanso (BA) e São Raimundo Nonato (PI).

A CE aceitou igualmente o PLC 99/08, que institui o Dia do Prefeito, a ser celebrado em 11 de abril. Foi rejeitado o PLS 102/06, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que tornaria obrigatória, para a obtenção de registro profissional de médicos e odontólogos, a aprovação em exame de proficiência.

Na reunião, o presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR), comunicou o envio ao governador de São Paulo, José Serra, de correspondência em que elogia a retirada de circulação de livros didáticos que continham graves erros de geografia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Serys Slhessarenko • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Presidente da Petrobras afirma em audiência que o repasse, no dia-a-dia, da variação dos preços provocaria a desestruturação do mercado brasileiro

Senadores da CRA querem redução no custo do diesel

SENADORES DA COMISSÃO de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) anunciaram ontem que vão pedir ao presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, a redução do preço do óleo diesel praticado em todo o país. Gerson Camata (PMDB-ES) chegou a adiantar que vai propor uma redução de pelo menos 30% no valor pago nas bombas.

Para Camata, a diminuição do preço do diesel reduziria os custos da produção, além de representar um forte instrumento de combate à crise econômico-financeira. O senador disse que o governo anunciou "com ufanismo" a autossuficiência de petróleo, mas autorizou, meses depois, a elevação dos preços da gasolina e do óleo diesel, "em detrimento dos interesses da população e dos produtores".

Kátia Abreu (DEM-GO) estranhou que o governo não tenha reduzido o valor do óleo diesel, embora o preço do barril de petróleo tenha diminuído nos últimos anos. Lembrou que o óleo diesel brasileiro é um dos mais caros do mundo, apesar de ser fundamental para o agronegócio, o transporte e a geração de energia.

Por isso, a senadora acha necessário abrir discussões com a Petrobras para saber os motivos de o diesel brasileiro estar com preços tão elevados. Observou que nos Estados Unidos o produto é 40% mais barato do que o comercializado no Brasil.

Cide

As afirmações foram feitas durante os debates que antecederam a aprovação do projeto

de lei (PLS 597/07), do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que isenta da Cide o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na geração de energia elétrica.

Apesar de considerar o texto inconstitucional, por implicar favor fiscal, o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), disse que a aprovação do projeto tinha o mérito de sinalizar para a necessidade de reduzir os custos da produção agrícola.

O projeto segue agora para as comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa. João Pedro (PT-AM) criticou a proposta, que segundo ele prejudica especialmente os municípios mais pobres, já que parte da Cide vai para as prefeituras.



A partir da esquerda, Dutra (presidente da BR), Gabrielli, Garibaldi e Collor

Por que o preço dos combustíveis não cai no Brasil?

POR QUE O preço da gasolina vendida aos consumidores, nos postos, não cai, se o preço do barril de petróleo no mercado internacional teve decréscimo de cerca de dois terços no último ano? Essa foi a pergunta mais ouvida ontem pelo presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Gabrielli foi convidado para expor o planejamento estratégico e o plano de negócios da estatal para o período 2009/2013. A pauta incluía esclarecimentos sobre a liberação, pelo Tesouro Nacional, de R\$ 100 bilhões para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação de R\$ 20 bilhões para a Petrobras.

Esses assuntos fizeram parte da exposição do presidente da Petrobras, mas o tema principal do debate foi o alto preço dos combustíveis.

– É difícil para o brasileiro entender o porquê dessa conta, se o preço hoje pago, pelo barril, é cerca de 46% menor, em reais, que o preço médio do barril em 2007 – ponderou o senador Osmar Dias (PDT-PR).

Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou que o alto preço do óleo diesel está afetando o agronegócio, enquanto Jefferson Praia (PDT-AM) observou que os impostos têm peso considerável na formatação do preço final da

gasolina no Brasil. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou requerimento seu que solicita audiência para esclarecer à sociedade como é composto o preço dos combustíveis.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lobão Filho (PMDB-MA) salientaram que, apesar de os preços dos combustíveis não terem sido reduzidos com a queda do preço do petróleo no mercado internacional, a Petrobras também não aumentou o preço aos consumidores na mesma proporção do aumento do petróleo no mercado internacional.

Nos últimos seis anos, segundo Gabrielli, o preço do combustível doméstico aumentou menos que o do petróleo no mercado internacional. Ele explicou que o custo da Petrobras tem aumentado em nível superior ao da receita da estatal.

– É nossa política não repassar no dia-a-dia os preços que variam. Não podemos fazer isso. Seria uma desestruturação completa do mercado brasileiro – explicou.

Ao responder aos senadores sobre a fórmula adotada para a composição do preço dos combustíveis, Gabrielli explicou que há algumas variáveis, como o preço atual do petróleo no mercado internacional, a projeção do preço futuro para os próximos três a seis meses, a variação da taxa de câmbio e o custo dos combustíveis alternativos, entre outros componentes.

Petrobras vai investir US\$ 158 bi no país, nos próximos cinco anos

O Plano de Negócios da Petrobras para o período 2009/2013, segundo Sérgio Gabrielli, prevê US\$ 174,4 bilhões em investimentos. Desse total, 91% (US\$ 158,2 bilhões) devem se concentrar no Brasil e viabilizar a concretização da meta de produção diária de 3,6 milhões de barris de óleo e gás em 2013.

Em relação à exploração de reservas no pré-sal, a Petrobras estima que, em 2013, a produção de petróleo nessas áreas chegue a 219 mil barris diários. Os investimentos no setor nesses cinco anos estão fixados em US\$ 28,9 bilhões.

Questionado pelo presidente

da Comissão de Serviços de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), sobre se o Brasil alcançaria autossuficiência na produção de gás com esses investimentos, Sérgio Gabrielli admitiu que o país vai conquistar apenas autonomia e independência.

Dos 135 milhões de metros cúbicos diários de gás que o Brasil deverá demandar em 2013, o presidente da estatal disse que 71 milhões de metros cúbicos deverão vir da produção nacional, mas ressalva que 30 milhões de metros cúbicos continuarão, até 2019, a ser adquiridos na Bolívia.



Camata (E) anuncia que vai propor à estatal uma redução de pelo menos 30% no valor pago nas bombas de combustível

Antecipação de crédito rural gera polêmica

O financiamento público da próxima safra agrícola será debatido em audiência com representantes do Banco do Brasil, do Banco Central e de organização de agricultores familiares. Requerimento nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Também será convidado para a audiência o economista Guilherme Dias, professor da Universidade de São Paulo (USP).

O debate visa esclarecer informação prestada pelo presidente da CRA, senador Valter Pereira, sobre reportagem do Canal Rural dando conta de que o Banco do Brasil poderá antecipar linha de financiamento para compra de insumos. Segundo Kátia Abreu, o crédito anunciado seria inexequível, devido à elevação do risco da carteira de crédito rural do Banco do Brasil.

Para a senadora, o anúncio do financiamento é "eleitoreiro e populista", já que "os produtores que renegociaram suas dívidas não podem ter acesso a esses créditos".

Gilberto Goellner (DEM-MT) alertou também para a falta de condições concretas para a implementação dos financiamentos anunciados. Por sugestão do senador por Mato Grosso, a audiência pública também abordará o conjunto de créditos disponibilizados para a próxima safra de grãos.

De acordo com a reportagem do Canal Rural, todos os produtores que estiverem em dia com financiamentos anteriores poderão ter acesso à antecipação de recursos para formação das lavouras. O governo estaria aportando cerca de R\$ 1,5 bilhão, a juros de 6,75% ao ano, para contratos assinados até 30 de junho.

Comissão fará audiência sobre Metas do Milênio

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimentos para realização de audiências públicas para discutir o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e para tratar de medidas necessárias à redução da dependência externa de insumos agrícolas.

Fixadas em 2001 pela Organização das Nações Unidas (ONU), as Metas do Milênio foram adotadas por 189 países. Conforme explicações da senadora Kátia Abreu, autora do requerimento propondo o debate, a primeira das oito metas prevê a redução, até 2015, de metade do número de pessoas que passam fome no mundo. Para ela, a audiência será uma oportunidade para que o Senado possa se integrar à iniciativa.

A audiência pública sobre incentivos à produção nacional foi requerida pelo senador Gilberto Goellner. Ele disse esperar que o debate contribua para apressar a liberação de investimentos previstos para o setor.

Na mesma reunião, os senadores aprovaram pedido de informações ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal sobre créditos tributários dos frigoríficos instalados no país, especialmente daqueles em processo de recuperação judicial. Os parlamentares também solicitam informações quanto à possibilidade de uso dos créditos tributários para pagamento de dívidas dos frigoríficos junto aos pecuaristas.

Na discussão do assunto, Kátia Abreu, Marisa Serrano (PSDB-MS), Gilberto Goellner e Romeu Tuma (PTB-SP) defenderam urgência no envio do pedido de informações.

GILVAM BORGES DESTACA O PLANO HABITACIONAL

Ao destacar o plano habitacional que será lançado pelo presidente Lula, para construção de 1 milhão de casas populares e a geração de 700 mil novos empregos, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que o governo exigirá das construtoras envolvidas que os trabalhadores sejam registrados diretamente pelas empresas, e não subcontratados por empresas terceirizadas.

– O presidente da República se prepara para restaurar uma dívida histórica nas políticas públicas de habitação neste país. A casa própria, não é, apenas, a justa aspiração dos brasileiros – assinalou.

SITUAÇÃO PRECÁRIA DE RODOVIAS NO PIAUÍ

Mão Santa (PMDB-PI) elogiou matéria do jornalista Carlos Augusto, exibida pela TV Meio Norte, que trata da situação precária das rodovias no estado do Piauí.

A reportagem, disse o senador, mostra que os buracos tomaram conta das BR-140 e BR-141, entre as cidades de Floriano e Eliseu Martins, contrariando a publicidade do governo estadual.

– O que se vê é o estado deformado na sua principal base de desenvolvimento, que são as rodovias, em região que desponta como fundamental para o crescimento do sul do Piauí – afirmou Mão Santa.

VOTAÇÃO DE JORNADA DOS ENFERMEIROS

Romeu Tuma (PTB-SP) comunicou ontem ter recebido telefonema do deputado estadual paulista Fernando Capez pedindo que os senadores acompanhem a tramitação, na Câmara, do PLS 161/99 (PL 2.295/00, naquela Casa).

A proposição fixa em seis horas diárias e 30 horas semanais a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. A matéria aguarda relatório na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

VOTO DE APLAUSO AO JORNAL O LIBERAL

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mário Couto (PSDB-PA) apresentaram ontem em Plenário requerimento de voto de aplauso ao jornal *O Liberal*, de Belém. A homenagem se deve ao fato de o veículo paraense ter recebido da Confederação Nacional de Dirigentes Logistas o prêmio Mérito Lojista.

Comissão de Meio Ambiente acolhe requerimento para realização de audiência pública, com representante do Ministério da Agricultura, sobre o projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária



Casagrande é autor do projeto que inclui sistemas de redução de velocidade das águas pluviais nos serviços de saneamento

Aprovado projeto que visa evitar enchentes nas cidades

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou projeto de lei que modifica o planejamento de serviços de saneamento básico no que diz respeito ao escoamento de água pluviais, com o objetivo de evitar enchentes.

O projeto, do presidente da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES), determina a inclusão de sistemas de redução da velocidade de escoamento das águas das chuvas nos serviços de saneamento básico.

Casagrande argumenta que uma das maiores causas de enchentes em áreas urbanas é a impermeabilização do solo, que aumenta a velocidade de escoamento das águas pluviais, acarretando aumento rápido na vazão média de pico dos rios. A impermeabilização também diminui a infiltração da água, dificultando a formação dos lençóis freáticos, diz ele.

Tradicionalmente, observa o senador, o controle de drenagem de águas prioriza tecnologias que levam ao escoamento mais rápido da água

das chuvas. Em consequência, a canalização aumenta os picos de vazão à jusante e também as inundações. Os princípios mais modernos de controle de drenagem procuram evitar tais efeitos ao promover a retenção da água pluvial no sistema de drenagem e ao possibilitar a infiltração da água no solo, de maneira a minimizar os impactos à jusante, explica.

“É preciso, portanto, atentar para as novas tecnologias de drenagem de águas pluviais quando forem elaborados os planos de saneamento básico das cidades brasileiras”, defende o autor da proposta.

O senador João Pedro (PT-AM), nomeado relator *ad hoc* da proposição, fez a leitura do relatório de Almeida Lima (PMDB-SE), com voto favorável à matéria.

Conforme o documento, as inundações em cidades “altamente impermeabilizadas pela urbanização acelerada” resultam em agressões às várzeas dos rios com prejuízos incalculáveis. Além de doenças como tifo, hepatite e leptospirose,

as enchentes causam, lembra o relator, impactos diretos e indiretos na economia.

O projeto será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Lavoura-pecuária

A CMA aprovou ainda requerimento de audiência pública sobre o projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária (PLS 260/07). O debate foi solicitado por Gilberto Goellner (DEM-MT), relator da matéria.

O senador sugere que sejam convidados representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB). Devem ser convidados também a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO); Alysson Paulinelli, do Grupo Campo; e o coordenador do Programa Agricultura do World Wild Foundation (WWF), Cássio Moreira.

Comissão realizará audiência pública sobre transgênicos

A CMA deverá realizar audiência pública sobre produtos transgênicos com representantes do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, do Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal (Procon-DF) e das associações de produtores que utilizam sementes transgênicas.

A sugestão foi feita por Jefferson Praia (PDT-AM), a partir de discussão sobre o projeto de decreto legislativo (PDS 90/07), da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que elimina exigências da legislação em vigor sobre a necessidade dos rótulos de produtos animais trazerem informações sobre as rações que os animais consumiram, caso contenham componentes transgênicos.

Na justificativa da proposta, a senadora argumenta ser inviável fazer essa exigência. O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), ofereceu parecer contrário ao projeto, afirmando ser sempre favorável à informação ao consumidor sobre tudo que lhe servirá de alimento.

João Pedro (PT-AM) e Gilberto Goellner (DEM-MT) pediram vistas da proposta, e o presidente da CMA, Renato Casagrande, transformou o pedido em vista coletiva, o que obriga o retorno à pauta da comissão em cinco dias.

A comissão aprovou ainda convite ao ministro das Cidades, Márcio Fortes, para explicar por que a União devolveu US\$ 57 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que iriam para projetos de saneamento básico. Segundo a autora da proposta, Marisa Serrano (PSDB-MS), o dinheiro seria destinado aos municípios de mais baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

Expedito: assentamento promove derrubadas

Expedito Júnior (PR-RO) afirmou que há meses vem alertando para os altos índices de desmatamento na Amazônia promovido pelos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A afirmação do

senador ocorreu em Plenário ao comentar reportagem intitulada “Incra tem culpa maior em desmatamentos”, publicada ontem pelo jornal *O Globo*.

Em sua opinião, o setor madeireiro de Rondônia tem ajudado historicamente no desenvolvimento do estado. Expedito Júnior observou que é injusto culpar o setor por todo o desmatamento na região. Existem, sim, madeireiras ilegais em seu estado, disse, mas sustentou que a maioria trabalha “dentro da legalidade”, inclusive com projetos de desenvolvimento sustentável.



Expedito Júnior diz que é injusto culpar madeireiras

João Pedro quer mais debates sobre água

João Pedro (PT-AM) relatou sua participação no 5º Fórum Mundial da Água, realizado em Istambul, na Turquia. O senador propôs que a Casa crie uma comissão permanente para discutir as questões relativas aos recursos hídricos no Brasil. Ele manifestou preocupação com o fato de que alguns países já não se referem à água como um bem destinado a servir à Humanidade e manifestam a intenção de privatizá-la.

– O fórum terminou sem que a água fosse reconhecida como um direito humano. A partir desse resultado, vemos a importância de o Senado tomar para si o debate sobre águas no Brasil.

Também estiveram no evento Renato Casagrande (PSB-ES), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Fátima Cleide (PT-RO).



João Pedro participou de fórum em Istambul

Marisa anuncia decisões de fórum em Istambul

A possibilidade de criação de um parlamento mundial exclusivo para a questão dos recursos hídricos foi um dos temas do 5º Fórum Mundial da Água. A informação é de Marisa Serrano (PSDB-MS), que integrou a comissão brasileira de parlamentares no encontro.

O parlamento para a água, explicou, seria uma instância para induzir os países a adaptarem suas legislações ao uso racional dos recursos hídricos.

O fórum discutiu também o que fazer em relação a mananciais localizados em fronteiras, em lençóis subterrâneos ou que abrangem mais de um território nacional.

Marisa lembrou que os senadores se prepararam durante oito meses para o fórum em reuniões na Subcomissão Permanente da Água.



Marisa falou sobre o parlamento para a água